

Forma barata de financiar programas

O presidente da Federação Nacional de Bancos, Antônio de Pádua da Rocha Diniz, disse que com o empréstimo compulsório o governo criou uma forma barata de financiar programas prioritários, como a energia, siderurgia e comunicações, mas criou, ao mesmo tempo, um problema conceitual: "O Estado que já detém cerca de dois terços da poupança nacional, fica com mais um quinhão, conseguido a partir de uma decisão extramercado". Mas o objetivo de levantar recursos para financiamento do setor público será alcançado.

O segundo objetivo pretendido pelo governo com a criação do empréstimo compulsório poderá não ser atingido, segundo Diniz. "Esse empréstimo será ineficaz para conter a demanda porque atinge apenas alguns setores. Mesmo nesses segmentos poderá ser ineficiente, dependendo da pressão da demanda." Para o presidente da Fenaban, a solução deveria ser outra: "Nesse ponto sou conservador e só acredito na elevação dos juros como instrumento eficaz de contenção da demanda".

Diniz considerou muito boa a decisão do governo de aumentar a tributação sobre aplicações de curto prazo no mercado financeiro. "É uma boa medida porque contribui para orientar a poupança para operações de longo prazo".

O presidente da Fenaban fez essas observações no início da noite, quando não eram ainda conhecidos os níveis de tributação sobre aplicações de curto prazo. Admitiu, porém, que qualquer aumento de tributação contribui para elevar o custo final dos empréstimos tomados pelas empresas.